

INDONÉSIA

REPÚBLICA DA INDONÉSIA

Chefe de Estado e de Governo:	Susilo Bambang Yudhoyono
Penal de morte:	retencionista
População:	230 milhões
Esperança média de vida:	70,5 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	37/27 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	92 por cento

Ao longo do ano registaram-se confrontos violentos na Papua, e a sua população continuou a enfrentar sérias restrições aos direitos de liberdade de expressão e de reunião. Membros das forças policiais recorreram alegadamente à tortura e outras formas de maus-tratos, e usaram força desnecessária, por vezes resultando em mortes ilegais, em todo o arquipélago. O sistema de justiça criminal continuou a ser incapaz de combater a impunidade para as violações dos direitos humanos, tanto actualmente como no passado. Não houve execuções durante o ano. Contudo, uma nova lei introduzida na província de Aceh previa o apedrejamento até à morte. Os ataques contra os defensores dos direitos humanos continuaram e havia pelo menos 114 prisioneiros de consciência. A nova Lei da Saúde continha disposições que prejudicavam a igualdade de acesso à saúde materna.

Antecedentes

Realizaram-se eleições parlamentares em Abril. As eleições presidenciais decorreram em Julho. O presidente Susilo Bambang Yudhoyono foi eleito à primeira volta para um segundo mandato de cinco anos. As eleições decorreram sem grandes incidentes, excepto na Papua. Em Julho, pelo menos nove pessoas foram mortas em dois atentados à bomba em Jacarta.

Liberdade de expressão

Pelo menos 114 pessoas foram detidas por manifestarem pacificamente a sua opinião. A esmagadora maioria eram activistas políticos pacíficos que foram condenados a penas de prisão por hastearem bandeiras pró-independência proibidas nas Molucas ou na Papua.

■ Em Março, Buce Nahumury foi condenado a quatro anos de prisão por ter participado numa dança Cakalele pacífica na província de Ambon Maluku, em Junho de 2007. Durante a dança, a bandeira "Benang Raja", símbolo do movimento independentista das Molucas do Sul, foi agitada à frente do presidente. Todos os 22 dançarinos de Cakalele foram condenados a penas de prisão entre os 7 e os 20 anos.

Os defensores dos direitos humanos (DDH) continuaram a ser intimidados e perseguidos. Pelo menos sete DDH enfrentavam acusações de difamação criminosa, as quais podiam ser punidas com até cinco anos de cadeia ao abrigo do Código Penal. A maior parte das violações antigas dos direitos humanos contra os DDH, incluindo torturas, homicídios e desaparecimentos forçados, continuavam por resolver, e os responsáveis não foram levados a responder perante a Justiça.

Embora duas pessoas tenham sido condenadas por envolvimento no assassinato do proeminente DDH Munir Said Thalib (conhecido como Munir), foram feitas alegações credíveis de que os mais altos responsáveis pela sua morte continuavam à solta. Munir Said Thalib foi envenenado a 7 de Setembro de 2004.

Liberdade religiosa

Os grupos religiosos minoritários continuavam vulneráveis a ataques violentos por parte de actores não-estatais, e eram alvo de discriminação.

Alunos do Colégio Cristão STT Setia continuaram a estudar e a viver em instalações temporárias sem condições. Foram evacuados das instalações da escola na aldeia de Pulo Pinang Ranti, subdistrito de Makassar, Jakarta Oriental, na sequência de um violento ataque levado a cabo por elementos da Frente dos Defensores Islâmicos, em Julho de 2008. Em Outubro, pelo menos 17 estudantes entraram em greve de fome, porque corriam o risco de serem transferidos à força para instalações que afirmavam ser ainda menos adequadas para viver e estudar. No final do ano, os alunos do Colégio STT Setia continuavam a viver e a estudar em instalações temporárias em Jakarta.

Papua

A violência aumentou de forma acentuada na altura das eleições parlamentares e presidenciais, criando um clima de medo e intimidação. Houve relatos de que as forças de segurança usaram força desnecessária ou excessiva durante manifestações e torturaram e maltrataram detidos no momento da prisão, durante os interrogatórios e durante a detenção. Segundo as informações, as forças de segurança terão ainda sido responsáveis por mortes ilegais. Foram impostas graves restrições ao direito de expressão e reunião pacífica.

■ 6 de Abril, a polícia abriu fogo durante uma manifestação na cidade de Nabire, na província da Papua, ferindo pelo menos sete pessoas, incluindo uma criança de 10 anos atingida quando regressava da escola. Um polícia foi ferido por uma flecha. A polícia espancou e maltratou Monika Zonggonau, Abet Nego Keiya e outros 15 activistas políticos durante e após a sua detenção. A 9 de Abril, o corpo de Abet Nego Keiya foi encontrado na aldeia de Wahiria, distrito de Nabire.

■ Os prisioneiros de consciência Filep Karma e Yusak Pakage, condenados, respectivamente, a 15 e 10 anos de prisão, continuaram presos. Os dois homens foram condenados em 2005 por terem hasteado a bandeira “Estrela da Manhã”.

Polícia

A tortura continuou a ser generalizada, quer no momento da prisão, quer durante os interrogatórios e a detenção. Os suspeitos de crime provenientes de comunidades pobres e marginalizadas e os activistas políticos pacíficos eram particularmente vulneráveis aos abusos por parte da polícia, incluindo uso desnecessário ou excessivo da força, por vezes fatal; tortura e outras formas de maus-tratos; e recusa de protecção de manifestantes e minorias religiosas.

■ Em Janeiro, pelo menos 75 habitantes da aldeia de Suluk Bongkal, na província de Riau, foram acusados de ocupar terra ilegalmente. Tinham sido detidos pela polícia em Dezembro de 2008, depois de terem sido despejados à força. Em Agosto, foram condenados a 10

meses de prisão e ao pagamento de uma multa de um milhão de rupias indonésias. Até ao final do ano, não tinham recebido compensação, reparação ou alojamento alternativo.

Em Janeiro, a polícia emitiu novas regras sobre o uso de armas de fogo em acções policiais (No.1/2009), que estava largamente de acordo com os Princípios Básicos da ONU sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo. Em Junho, a polícia emitiu um regulamento para a implementação dos princípios dos direitos humanos (No. 8/2009). Contudo, os mecanismos internos e externos para investigar os abusos policiais continuavam a ser fracos.

Impunidade

Continuou a impunidade para as graves violações dos direitos humanos no passado em Aceh, Papua, Timor-Leste e noutros locais. O governo continuou a promover a reconciliação com Timor-Leste à custa da Justiça para os crimes cometidos durante a ocupação indonésia do território (1975-1999).

■ Em Agosto, o governo interferiu no processo judicial de Timor-Leste, ao pressionar o governo timorense para libertar Martenus Bere, um líder de milícia acusado de extermínio de civis na localidade de Suai e outros crimes contra a Humanidade cometidos em 1999. Em Outubro, Martenus Bere foi autorizado a regressar a Timor Ocidental (Indonésia) antes que o seu caso pudesse ser julgado de forma justa por um tribunal independente.

Mais de 300 indivíduos indiciados pelo Painel Especial da ONU para os Crimes Graves por crimes contra a Humanidade e outros continuavam a monte, fora da jurisdição territorial de Timor-Leste. A maior parte deles vivia na Indonésia. O governo recusou facilitar a extradição dos indiciados, alegando não reconhecer o mandato da ONU para julgar cidadãos indonésios em Timor-Leste.

Em Setembro, o Comité Especial da Câmara dos Representantes para os Desaparecimentos de 1997-1998 exortou o governo a criar um tribunal ad hoc dos direitos humanos para julgar os responsáveis pelos desaparecimentos forçados. O Comité exortou ainda o governo a ratificar a Convenção Internacional para a Protecção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. No entanto, até ao final do ano o governo não tinha tomado qualquer medida respeitante às recomendações do Comité.

Pena de morte

Não houve registo de execuções. No entanto, pelo menos 117 pessoas continuavam condenadas à morte.

Em Setembro, o Parlamento Regional de Aceh aprovou o Código Penal Islâmico, que incluía a pena de apedrejamento até à morte por adultério e a de flagelação com até 100 chicotadas por homossexualidade. Embora o governador de Aceh se tivesse recusado a assinar a lei, a mesma entrou automaticamente em vigor em Outubro.

Direito à saúde

Os índices de mortalidade materna continuaram elevados, principalmente nas comunidades pobres e marginalizadas.

Em Setembro foi aprovada uma nova Lei da Saúde. Ao contrário do Código Penal, a lei permitia o aborto em determinadas circunstâncias. O aborto era permitido se a gravidez ameaçasse a vida da mãe e/ou da criança ou se a gravidez fosse resultante de uma violação que tivesse traumatizado psicologicamente a vítima. As ONGs locais criticaram a nova lei, porque discriminava as pessoas solteiras, principalmente no acesso a informações sobre a sexualidade e a reprodução.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

- ✉ Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Indonésia em Abril, Junho e Julho.
- 📄 Indonésia: Presos por erguerem uma bandeira: Prisioneiros de consciência nas Molucas (ASA 21/008/2009)
- 📄 Assunto por concluir: Responsabilização policial na Indonésia (ASA 21/013/2009)